



MUNICÍPIO DE SOURE  
CÂMARA MUNICIPAL

*07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015*

ATA

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Ata

3.1. - 15.12.2014

3.2. - 13.01.2015

3.3. - 26.01.2015

3.4. - 09.02.2015

3.5. - 23.02.2015

Ponto 4. Emissão de Parecer para efeitos de Planeamento e Urbanismo

4.1. Constituição de Compropriedade - Maria de Lurdes Nunes Craveiro

4.2. Constituição e Ampliação de Compropriedade - Carla Marisa Lucas Cordeiro

Ponto 5. **EDUCAÇÃO**

. QUEIMA DAS FITAS 2015

- Apoio a Estudantes Oriundos do Concelho

Ponto 6. **CULTURA**

. APOIO AO INVESTIMENTO

- Casa da Cultura do Mogadouro - Freg. de Soure

Ponto 7. **CULTURA**

. 25 DE ABRIL DE 1974 - PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES DO 41.º ANIVERSÁRIO

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

**Ponto 8. ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- . ÁGUA - CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Prolongamento de Conduta até às Termas do Bicanho
  - Adjudicação - Ratificação

**Ponto 9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

- . OUTROS ALCATROAMENTOS
- . ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SAMUEL
- . Reabilitação do CM 1102 entre Coles de Samuel e Azenha
  - Adjudicação

**Ponto 10. SERVIÇOS MUNICIPAIS**

- . Sistema Centralizado de Cópia, Impressão, Digitalização e Fax
  - Adjudicação

**Ponto 11. MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO**

- . Festival do Arroz e da Lampreia - Sabores do Campo e do Rio - 2015
  - Agradecimento

**Ponto 12. FARMÁCIA YGEIA**

- Emissão de Parecer Prévio para Transferência de Farmácia dentro da Área Urbana da Vila de Soure

**Ponto 13. PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (P.A.E.L.) - (PROGRAMA II)**

- Acompanhamento Trimestral

**Ponto 14. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS//2014**

**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

**Ponto 15. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE  
CONTAS//2014**

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

O Senhor Presidente deu início à reunião dando logo a palavra aos Senhores Vereadores.

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “iniciava a minha intervenção com a divulgação de uma iniciativa da CPCJ que é a comemoração do Mês de Abril como o mês da Prevenção dos Maus Tratos, definido internacionalmente. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Soure elaborou um conjunto de materiais, que entregamos aos Senhores Vereadores, que tem a ver com uma carta que justifica a cor do laço azul que está em todos os documentos do mês de abril, é um tom que tem a ver com as nódoas negras dos maus tratos nas crianças. Fizemos também um calendário para este mês que indica uma atividade por dia que propomos aos pais que façam com as suas crianças. Há também um separador de livros que contém, um poema, num dos seus lados, dirigido às nossas crianças e às suas famílias. No dia 09 de abril, começámos as atividades com uma largada de balões azuis pelas crianças do Jardim de Infância de Soure e com todas as entidades parceiras da CPCJ. Este ano alargámos a distribuição dos materiais a outras entidades que não fazem parte da Comissão, para elas colocarem um laço azul nos seus gabinetes e em locais de visibilidade com o exterior. Fizemos também uma proposta às Escolas do 1.º Ciclo para as Crianças apresentarem trabalhos sobre esta temática para depois serem expostos numa exposição ao longo do mês de maio. Todas as entidades da CPCJ divulgam nos seus documentos, nos seus sites, a frase da CPCJ de Soure que diz: “*a melhor forma de combater os maus tratos é impedir que aconteçam*”.

No dia 30 de abril, encerraremos o programa com a construção de um Laço Humano Gigante, em que iremos envolver todas as crianças do 1.º e 2.º Ciclo da Escola EB1/2 de Soure. Também alargámos o convite ao IPH - Instituto Pedro Hispano que trará os seus alunos do 2.º Ciclo. Contamos ter, ao todo, 400 crianças para dinamizarem esta atividade.

Na qualidade de Vereadora do Município, gostaria de informar que: no dia 28 de março de 2015 comemorámos o Dia Mundial da Juventude com duas atividades devidamente divulgadas. Realizámos um Passeio Pedestre, com uma visita ao Vale do Poio Novo, Património Natural, em colaboração com a Associação de Defesa

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

do Património Cultural e Natural de Soure e um Concerto Musical, na Banda de Soure, com a colaboração da Orxestra Pitagórica e a Banda Funkoff. Os jovens que integram o Conselho Municipal de Juventude fizeram um balanço positivo dessas duas iniciativas. O passeio pedestre envolveu 47 pessoas que, ao longo de três horas, puderam admirar e percorrer uma parte do Património Ambiental de Sicó. Quanto ao espetáculo musical, teve qualidade e uma boa adesão por parte do público. Gostaria de realçar o excelente desempenho e responsabilidade, por parte dos jovens que participaram na organização e dinamização destas atividades.

Gostaria de fazer um breve balanço sobre o encontro de Gaiteiros na Pouca Pena, que decorreu nos dias 11 e 12 de Abril, organizado pelo Grupo Ronco & Rasga da A.S.R.C. de Pouca Pena, com o apoio das Trigainas. Teve a participação de 11 Grupos de Gaiteiros da região e dos concelhos vizinhos e de um Grupo convidado de grande qualidade, Roncos do Diabo. Gostaria de dar os parabéns aos organizadores e a todos os que lá estiveram e puderam apreciar o espetáculo e também ao nosso concelho que os apoiou.

Está a decorrer um Intercâmbio de Jovens, que se iniciou a 14 de Abril e que vai até 21 de abril, em parceria com a Associação de Defesa do Património, e com o apoio da Autarquia e é financiado pelo Programa Erasmus+. Está a decorrer no espaço Finisterra e o objetivo é discutir as questões da igualdade de género na Europa. Os participantes são jovens de 6 nacionalidades: 7 Turcos, 4 Polacos, 4 Franceses, 5 Italianos, 4 Romenos e 4 Portugueses. Como sabem, sou a responsável da iniciativa e o balanço feito até hoje é muito positivo.

Por último, falar do acompanhamento que temos vindo a dar a um grupo de pessoas que estão a procurar constituir uma Associação de Animais em Soure. Eles têm realizado reuniões no Espaço Finisterra, e aos sábados, domingos e feriados, fazem ações de voluntariado, alimentando os animais e limpando as suas celas. Consideramos que é um contributo muito positivo.”

O Senhor Presidente referiu que: “relativamente ao 5.º Encontro de Gaiteiros da Pouca Pena, este ano foi organizado pela Associação da Pouca Pena, pela sua seção autónoma ligada à Escola de Música de Gaiteiros. O Município de Soure nunca apoiou formalmente este encontro, a não ser com alguma logística. Pensamos que a dimensão deste encontro e a sua qualidade deveria merecer outro apoio do Município, numa das próximas reuniões de Câmara. Feito este balanço, devemos atribuir um apoio financeiro, tendo em conta as despesas do próprio evento e o

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

número de executantes que nele participaram, considerando que agora, há uma entidade jurídica que se pode responsabilizar por este tipo de iniciativa.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “gostava de começar, exatamente por aquilo que a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos focou em relação à campanha de Prevenção de Maus Tratos. Nós somos particularmente sensíveis a estas questões que nos deixam em situação de grande desconforto enquanto sociedade e enquanto cidadãos. Ultimamente temos andado a assistir a episódios que avolumam as nossas suspeitas de que o combate a esta situação tem que ser de todos nós, de toda a sociedade. Tudo quanto no nosso concelho possa ser feito para tentar debelar algumas situações que ainda possam acontecer, é de louvar. Este projeto parece-me ser interessante porque também tem iniciativas em que o assunto é apresentado de uma forma, digamos, mais dura, como se evidencia nesta carta, que é uma carta terrível pela descrição que faz de um acontecimento ocorrido. Acho, portanto, que essa mensagem pode passar também de uma maneira mais perceptível junto dos jovens se a mesma for feita desta maneira dura, mas, simultaneamente, com algumas situações de entretenimento e de sensibilização, que não só aquelas que resultam da dureza das palavras e dos atos. Estamos, naturalmente, muito sensíveis com esta iniciativa e a nossa solidariedade é total.

Senhor Presidente, fomos confrontados, recentemente, por cidadãos de Vila Nova de Anços que nos colocaram perante uma situação que gostaríamos de colocar à sua consideração. Naturalmente que o atual estado de vida das populações não é o melhor e algumas famílias estão a passar por dificuldades. Estes cidadãos dizem-nos que no prolongamento do horário escolar do Jardim de Infância a norma implica que quem lá tem as suas crianças possa fazer o pagamento até ao dia 30 do mês seguinte. O que é facto é que muitas famílias ou recebem o seu vencimento a 31 ou depois desta data. A sugestão que tentaram através de nós fazer chegar a esta Câmara é sobre a possibilidade, e porque um dia pode fazer a diferença, de em vez do pagamento ser até ao dia 30 do mês seguinte a data limite do referido pagamento, fosse, por exemplo, até ao último dia útil do mês seguinte. Não sei se é só o caso de Vila Nova de Anços ou se acontece no resto do Município, mas se pudéssemos, nesta altura problemática para algumas famílias, dar uma pequena alternativa, no sentido de alargarmos, nem que seja por mais um dia, a possibilidade do pagamento do prolongamento do horário escolar nos Jardins de Infância do Concelho tal seria, no nosso entendimento, essa seria uma boa medida.

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

Outra situação. Foi-nos também relatado por alguns cidadãos que, com as situações climatéricas a melhorarem dia após dia, grande parte das pessoas gosta de praticar alguma atividade física no Parque das Mós, ao fim do dia, e os equipamentos sanitários encerram às 17,00 horas. Não sei se não valeria a pena, especificamente no Verão, que pudessem encerrar mais tarde, já que a partir do fim da tarde é que as pessoas podem praticar ali alguma atividade física sem problemas de horários. Era uma sugestão que gostaríamos de fazer no sentido de não sermos demasiado estanques em relação ao horário de encerramento daquele equipamento sanitário, tentando que no Verão esse horário pudesse ser alargado.

Por último, gostaria que até ao fim da reunião, se fosse possível, me pudesse facultar os contratos adjudicados entre a Câmara Municipal e as diversas empresas que estão a proceder à recolha de resíduos sólidos urbanos no nosso concelho.”

A Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia referiu que: “dizer só ao Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa que a Câmara Municipal não tem esse hábito de discriminar nem os Jardins de Infância, nem o que quer que seja... O procedimento que há é o que está estabelecido e é certamente igual para todos. Os Serviços Educativos da Câmara Municipal naturalmente que estão atentos a essa situação... Portanto, se houver essa necessidade, não é por um dia, nem dois, que eles deixarão de poder pagar...até mediante planos de pagamentos acordados com essas famílias mais carenciadas... A Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e os Serviços estão atentos.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “embora compreenda e reconheça a boa vontade da Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia, naturalmente em altura nenhuma da intervenção que fiz disse que havia discriminação seja do que fosse. De qualquer maneira, este é um caso que acontece em Vila Nova de Anços, que nos foi relatado e é neste caso que devo focar a minha atenção. Naturalmente que o Senhor Presidente fará o que entender, em relação à intervenção que fiz sobre um caso concreto.”

O Senhor Presidente referiu que: “estivemos presentes, no dia 12 de abril, no 81.º Aniversário da Tuna 4 de Abril do Carvalhal da Azoia, uma Tuna que mantém uma atividade ininterrupta e que é um dos símbolos na formação da música tradicional do Concelho.

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

Nos dias 10 e 11 de abril, a vila de Alfarelos comemorou o 42.º Aniversário de elevação a Vila, com uma série de atividades culturais e recreativas. Num desses dias, outorgamos a escritura da cedência da sede da Junta de Freguesia.

Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizer que, sobre o funcionamento dos WC no espaço 1111, terei que verificar o que está no caderno de encargos com a empresa que tem essa obrigação. Se não tiver essa hora fixa no caderno de encargos, devemos alterar a situação e propor essa alteração para que as instalações sanitárias fiquem abertas até mais tarde e aos fins-de-semana. Quanto à questão levantada sobre os pagamentos do Prolongamento de Horário e dos Serviços de Apoio à Família, há um regulamento que já foi aprovado por nós, que tem uma data para pagamento, penso que é de 20 a 30 do mês seguinte, porque até ao dia 20 os serviços fazem o apuramento da despesa e de 20 a 30 as pessoas já podem vir pagar, ou às juntas de freguesia ou nos locais de cobrança. É evidente que podemos tomar aqui uma postura, o Regulamento é da Câmara Municipal, podemos alterá-lo e criar um período de exceção, com uma adenda e terá que ser igual para todos. Nós percebemos que, de facto, as famílias e o país, atravessam graves problemas. Neste momento, temos instituições no concelho e empresas que estão com muitas dificuldades e não conseguem pagar os vencimentos a tempo e horas. Temos sentido essa dificuldade na cobrança, quer com o pagamento da água, quer com o pagamento da Casa da Criança. Temos sempre uma margem de flexibilidade, é evidente que quando pagam no dia que está protocolado, podem pagar na Junta de Freguesia, na IPSS ou por transferência bancária para o NIB que consta do nosso site. Depois passando esse prazo, já têm que vir à Tesouraria da Câmara Municipal, para que seja emitida a respetiva guia do pagamento, fora de prazo, porque há uma taxa prevista no Regulamento.”

*Foram dadas várias informações e prestados diversos esclarecimentos.-----*

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi presente a seguinte listagem:

**Município de Soure  
Requerimentos para Reunião**

De 01-04-2015 a 20-04-2015

20-04-2015

**Class.:** 01

**Ano:** 2015

**Número:** 157



**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

**Dt. Entrada Reqt.:** 25-03-2015  
**Processo :** 01/2013/40/0  
**Requerente:** Rebanhos D'Avó Unipessoal, Lda  
**Tp. Pedido:** Projetos de especialidade  
**Tp. Construção:** Nova Construção  
**Tp. Utilização:** Agro-pecuária  
**Tipo Informação:** Aprovo Especialidades (Despacho)  
**Data reunião:** 17-04-2015  
**Local Obra:** Quatro Lagoas  
**Informação:** Deferido o pedido de licenciamento da 2.ª fase nos termos da informação técnica  
**Freguesia:** Degraças e Pombalinho

**Class.:** 01  
**Ano:** 2015  
**Número:** 133  
**Dt. Entrada Reqt.:** 12-03-2015  
**Processo :** 01/2015/10/0  
**Requerente:** Manuel Pedro Mota Cordeiro  
**Tp. Pedido:** Projeto de arquitetura  
**Tp. Construção:** Nova Construção  
**Tp. Utilização:** Arrumos agrícolas  
**Tipo Informação:** Aprovo Especialidades (Despacho)  
**Data reunião:** 17-04-2015  
**Local Obra:** Lousões  
**Informação:** Deferido o pedido de aprovação de arquitetura e o pedido de licenciamento nos termos da informação técnica  
**Freguesia:** Soure

Total: 2

*Foi tomado conhecimento, divulgue-se e afixe-se no átrio dos Paços do Concelho.---*

### Ponto 3. Apreciação de Propostas de Ata

3.1. - 15.12.2014

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de ata.-----*

3.2. - 13.01.2015

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de ata.-----*

3.3. - 26.01.2015

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de ata.-----*

3.4. - 09.02.2015

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de ata.-----*

3.5. - 23.02.2015

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de ata.-----*



**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

Ponto 4. Emissão de Parecer para efeitos de Planeamento e Urbanismo

4.1. Constituição de Compropriedade - Maria de Lurdes Nunes Craveiro

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Emissão de Parecer Favorável.-----*

4.2. Constituição e Ampliação de Compropriedade - Carla Marisa Lucas Cordeiro

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Emissão de Parecer Favorável.-----*

Ponto 5. EDUCAÇÃO

. QUEIMA DAS FITAS 2015

- Apoio a Estudantes Oriundos do Concelho

***Proposta***

Assunto: **EDUCAÇÃO**

. **QUEIMA DAS FITAS 2015**

- **APOIO A ESTUDANTES ORIUNDOS DO CONCELHO**

Tradicionalmente, estudantes universitários oriundos do Concelho de Soure solicitam à CÂMARA MUNICIPAL um apoio à sua participação na FESTA DA QUEIMA DAS FITAS, designadamente, no que toca à elaboração das também tradicionais “Plaquettes”, brochuras onde constam as caricaturas dos grupos de estudantes que integram cada carro alegórico participante no Cortejo, ponto alto daquela Festa Académica.

Neste quadro, à semelhança dos anos anteriores, propõe-se que a CÂMARA MUNICIPAL aprove a atribuição, aos estudantes que o solicitem, de um apoio simbólico, que se concretize no patrocínio de 1/8 de página, espaço no qual a Autarquia deseja Felicidades Académicas aos Estudantes Universitários do Concelho de Soure.

A Vereadora\*  
(Nádia Gouveia, Dra.)  
2015.04.13

\* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente de Câmara Municipal, Despachos de 24.10.2013 e de 28.10.2013.

O Senhor Presidente referiu que: “tem sido norma, há muitos anos a esta parte, por esta altura, aquando das diversas Queimas das Fitas, a alunos do Concelho de Soure que sejam fitados nesse ano, o Município atribuir um apoio simbólico aos alunos do Concelho que o solicitem para a sua participação na Festa da Queima das Fitas.”

**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Nádia Gouveia.-----*

---

**Ponto 6. CULTURA**

**. APOIO AO INVESTIMENTO**

**- Casa da Cultura do Mogadouro - Freg. de Soure**

**PROPOSTA**

**Assunto: APOIO AO INVESTIMENTO  
APOIO À CULTURA**

A Casa da Cultura do Mogadouro vem solicitar um apoio monetário que minimize os custos, por esta incorridos, na aquisição e fabrico de mesas e cadeiras para o salão polivalente em que, geralmente, decorrem as suas atividades culturais e de tempos livres.

Mais refere que os custos deste investimento se cifram na ordem dos € 5.000,00.

A cultura, enquanto herança social da humanidade, tem um papel preponderante na vivência e socialização do homem, e, por isso, a par do desporto e tempos livres, tem tido por parte desta Câmara Municipal uma atenção especial, que aliás se reflete nos valores que lhe estão adstritos nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR para 2015.

Para além dos apoios ao regular funcionamento das associações culturais, esta Câmara Municipal tem atribuído com a cedência dos seus equipamentos, designadamente cadeiras e mesas, para as múltiplas iniciativas que se realizam durante todo o ano e em todos os lugares do concelho.

A entrega e recolha destes equipamentos, para além da despesa que acarreta ao município, em períodos de maior concentração de iniciativas, como é o caso do período de verão, torna difícil a própria gestão da cedência, tanto pela escassez de recursos humanos como pelo número de equipamentos requisitados.

Importa por isso que as associações comecem a arranjar soluções alternativas ao atual modelo, das quais a compra de equipamentos próprios assume particular relevância.

É neste contexto que o pedido efetuado pela Casa da Cultura do Mogadouro merece especial atenção deste executivo.

Assim, face ao valor expendido, proponho a atribuição de um apoio extraordinário, no valor de € 2.000,00 correspondente a 40% dos custos incorridos.

Soure, 26/03/2015  
O Vice-Presidente  
(Jorge Mendes)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta do Senhor Vice-Presidente, Dr. Jorge Mendes, de atribuição de um apoio no valor de 2.000,00 euros.-----*

**Ponto 7. CULTURA**

**. 25 DE ABRIL DE 1974 - PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES DO 41.º ANIVERSÁRIO**

O Senhor Presidente referiu que: “este programa é para tomarmos conhecimento e darmos a nossa autorização às diversas despesas que estão orçamentadas. É evidente que este programa foi delineado pela Comissão eleita na Assembleia

**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

Municipal e para a qual foram também designados, membros deste Executivo, nomeadamente o Senhor Vereador Dr. Santos Mota e as Senhoras Vereadoras Dra. Manuela Santos e Dra. Nádia Gouveia. Genericamente, o programa está aprovado e inclui três vertentes: as Comemorações dos 41.º Anos do 25 de Abril de 1974, a Semana da Leitura e o 1.º Encontro de Juventude. Saúdo a Comissão Organizadora das Comemorações do 41.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, pelo desenvolvimento deste programa.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “gostaria de deixar um apresso a todas as iniciativas que constam deste programa. Penso que é uma excelente ideia o conjunto das três iniciativas: o 41.º Aniversário do 25 de Abril, Semana da Leitura e o 1.º Encontro de Juventude. Gostaria de lhe dar os parabéns pelo conteúdo da missiva que tem neste documento e no qual me revejo totalmente, são direitos consagrados na Constituição de Abril, e como tal não poderia estar mais de acordo com eles.

Falando diretamente nas atividades do Conselho Municipal da Juventude, gostaria de dizer que, as diversas iniciativas que vão acontecer a 1 e 2 de maio e 24 e 25 de abril, são propostas dos jovens que compõem este órgão. Referir ainda a colaboração de muitos jovens que por iniciativa própria, dinamizam atividades ligadas ao Desporto e à Cultura, a quem lançámos o desafio de poderem trabalhar com a Autarquia e ajudarem a construir este programa. Isto acontece com as iniciativas na área da dança, e da música. Teremos também a colaboração da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra que, no dia 01 de maio, virá com um projeto, “Antes que te Queimes”, uma iniciativa de sensibilização ao consumo de álcool.

Outra atividade que gostaria de salientar e que será dinamizada pela GNR, é a demonstração de todas as suas valências, no dia 02 de maio. Para terminar, teremos o primeiro Concurso de Bandas de Garagem para o qual temos tido a colaboração dos elementos que compõem o júri, que são pessoas conhecidas na área da música do concelho de Soure. No último dia teremos a presidir o júri o Diretor do Conservatório de Coimbra.

Concluindo gostaria de saudar este programa e toda a colaboração que tem existido para a sua construção.”

*Foi tomado conhecimento do Programa Comemorativo.-----*

**Ponto 8. ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
. ÁGUA - CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE**

**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

**. Prolongamento de Conduta até às Termas do Bicanho  
- Adjudicação – Ratificação**

Foi presente a seguinte informação

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO / ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
ÁGUA – CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE  
PROLONGAMENTO DE CONDUTA ATÉ ÀS TERMAS DO BICANHO  
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de Câmara de 09.03.2015, foi decidido recorrer à figura de **ajuste direto**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Foram apresentadas as propostas seguintes:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES ELIMUR, LDª	28.854,99 €	30 DIAS
MONTALVIA – CONSTRUTORA S.A.	31.909,90 €	30 DIAS
BL – BETONILHAS DO LIS, LDª	41.418,80 €	30 DIAS
PINTO & BRÁS, LDª	41.638,33 €	30 DIAS

Analisadas as propostas e elaborado o relatório final, o júri sugere a adjudicação da presente empreitada à empresa **Sociedade de Construções Elimur, Ldª**.

É obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o mesmo não se encontra dispensado da redução a escrito – vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

Foi efetuada a audiência prévia dos concorrentes, nos termos do n.º 1 do art.º 123.º do CCP, sem que tenha sido apresentada qualquer observação por parte dos concorrentes.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP -.

**Conclusão:**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES ELIMUR, LDª**;
2. **Aprovação** da minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 98.º do CCP;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **28.854,99 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
14.04.2015

Despacho:  
Adjudique-se à Reunião de Câmara para ratificação  
Soure, 16/04/2015

**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

O Presidente da Câmara Municipal  
(Mário Jorge Nunes)

*Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente.-----*

**Ponto 9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**  
· **OUTROS ALCATROAMENTOS**  
· **ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SAMUEL**  
· **Reabilitação do CM 1102 entre Coles de Samuel e Azenha**  
- **Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**  
**OUTROS ALCATROAMENTOS**  
**ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SAMUEL**  
**REABILITAÇÃO DO CM 1102 ENTRE COLES DE SAMUEL E AZENHA**  
**ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de Câmara de 09.03.2015, foi decidido recorrer à figura de **ajuste direto**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Foram apresentadas as propostas seguintes:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
CONSTRUÇÕES VIAMANSO, LDª	430.050,00 €	30 DIAS
CONTEC - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, S.A.	148.600,00 €	30 DIAS
OLIVEIRAS, S.A.	149.511,50 €	30 DIAS
JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA & FILHOS, LDª	0,01 €	30 DIAS
CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S.A.	0,01 €	30 DIAS

Analisadas as propostas e elaborado o relatório final, o júri sugere a adjudicação da presente empreitada à empresa **Contec – Construção e Engenharia, S.A.**

É obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o mesmo não se encontra dispensado da redução a escrito – vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

Foi efetuada a audiência prévia dos concorrentes, nos termos do n.º 1 do art.º 123.º do CCP, sem que tenha sido apresentada qualquer observação por parte dos concorrentes.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP -.

**Conclusão:**

**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **CONTEC – CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, S.A.**;
2. **Aprovação da minuta** do contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 98.º do CCP;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **148.600,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Eng.º  
14.04.2015

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

**Ponto 10. SERVIÇOS MUNICIPAIS**

**. Sistema Centralizado de Cópia, Impressão, Digitalização e Fax  
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação

**Assunto: SERVIÇOS MUNICIPAIS**

**SISTEMA CENTRALIZADO DE CÓPIA, IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E FAX  
- ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação da Reunião de Câmara, de 09.02.2015, foi decidido recorrer à figura do ajuste direto, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

O Relatório Final propõe a seguinte ordenação:

EMPRESA	VALOR
Konica Minolta, Lda.	48.654,00 €
Gispert, Lda.	56.340,00 €
Lizonline, S.A.	59.816,88 €
Espectro, S.A.	62.188,20 €

Durante a fase de audiência prévia, efetuada nos termos do artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, nenhum dos concorrentes notificados se pronunciou sobre o Relatório Preliminar.

O Júri propõe, no seu Relatório Final, a adjudicação à empresa **Konica Minolta, Lda.**

O contrato deverá ser reduzido a escrito nos termos do n.º 1 do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

**CONCLUSÃO**

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

1. A homologação do Relatório Final;
2. A aprovação da minuta do contrato;
3. A adjudicação do presente serviço à empresa “Konica Minolta, Lda.”;
4. Autorização para a realização da despesa no valor de 48.654,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,  
O Técnico-Superior,  
(Ivo Costa, Dr.)  
17.04.2015

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

**Ponto 11. MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO**

- . Festival do Arroz e da Lampreia - Sabores do Campo e do Rio - 2015
- Agradecimento

*Foi tomado conhecimento.*-----

**Ponto 12. FARMÁCIA YGEIA**

- Emissão de Parecer Prévio para Transferência de Farmácia dentro da Área Urbana da Vila de Soure

O Senhor Presidente referiu que: “no parecer elaborado pela divisão jurídica estão referidos todos os condicionalismos legais. Na prática, o que esta farmácia pretende é deslocar-se da Rua Alexandre Herculano, onde está instalada, para uma zona junto ao antigo bairro pré-fabricado. Tendo em conta os condicionalismos legais referidos pelos serviços jurídicos, proponho que a Câmara Municipal aprove a emissão de parecer prévio favorável à transferência da farmácia. ”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Emissão de Parecer Prévio para Transferência de Farmácia dentro da Área Urbana da Vila de Soure, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

**Ponto 13. PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (P.A.E.L.) - (PROGRAMA II)**

- Acompanhamento Trimestral



**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

Foi presente a seguinte informação

**Assunto: PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) – PROGRAMA II**  
▪ **ACOMPANHAMENTO TRIMESTRAL**

O Município de Soure celebrou, em 16/11/2012, com o Estado Português, no âmbito do **PAEL – Programa II**, um contrato de empréstimo até ao montante de **1.695.316,00€**, para pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direcção-Geral das Autarquias Locais à data de 31/03/2012.

Em 06/02/2013 e 02/07/2013, o Município recebeu a 1.ª e 2.ª tranches, no valor de 1.186.721,20€ e 508.594,80€, respetivamente.

Nos termos da alínea a) do n.º 1 da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto, deve o acompanhamento do Programa ser efetuado “pela Assembleia Municipal, trimestralmente e através de informação prestada pela Câmara Municipal, que integra obrigatoriamente a avaliação do grau de execução dos objetivos previstos no Plano” de Ajustamento Financeiro.

Desta forma, verifica-se que a evolução registada dos pagamentos em atraso, com mais de 90 dias, é a seguinte:

<b>(1) Pagamentos em Atraso, a 31/03/2012</b>	<b>3.103.779,43€</b>
<b>(2) Pagamentos em Atraso, a 31/12/2012</b>	<b>2.456.489,35€</b>
<b>(3) Pagamentos em Atraso, a 31/12/2013</b>	<b>457.029,81€</b>
<b>(4) Pagamentos em Atraso, a 31/12/2014</b>	<b>190.875,23€</b>
<b>(5) Pagamentos em Atraso, a 31/03/2015</b>	<b>148.412,88€</b>

- Redução (5) – (2)

* Empréstimo do PAEL	-1.695.316,00€
* Recursos da Autarquia	<u>-612.760,47€</u>
	-2.308.076,47€

**Em suma**, entre 31/03/2012 e 31/12/2012, ainda sem recurso ao PAEL, o Município de Soure **reduziu** o valor dos pagamentos em atraso, em **647.290,08€**.

Entre 31/12/2012 e 31/03/2015, houve uma **redução** no montante de **2.308.076,47€**, sendo que 1.695.316,00€ foram provenientes do empréstimo do PAEL, e 612.760,47€ de recursos próprios da Autarquia.

Relativamente às medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro, avaliou-se o grau de execução dos objetivos a 31/12/2014, o qual consta no anexo I.

À consideração superior,  
O Técnico Superior,  
(Ivo Costa, Dr.)  
16/04/2015

**ANEXO I**

**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

~ GRAU DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO A 31.12.2014 ~

MEDIDA	OBJECTIVO	EXECUÇÃO
Diminuição da despesa em “horas extraordinárias” e “ajudas de custo”	Diminuição de, sensivelmente, 20.000€ em 2012 e anos seguintes, face a 2011	Execução Orçamental 2011: 167.813,76€ Execução Orçamental 2014: 96.689,56€ Variação - 71.124,20€
Diminuição da despesa com seguros de acidentes de trabalho	Diminuição de, sensivelmente, 25.000€ em 2012 e anos seguintes, face a 2011	Execução Orçamental 2011: 54.719,80€ Execução Orçamental 2014: 35.610,08€ Variação - 19.109,72€
Diminuição da despesa com transferências correntes, nomeadamente, Apoios ao Desporto	Diminuição de, sensivelmente, 25.000€ em 2012 e anos seguintes, face a 2011	Apoios Aprovados para 2011: 179.750,00€ Apoios Aprovados para 2014: 149.675,00€ Variação - 30.075,00€

*Foi tomado conhecimento.*-----

**Ponto 14. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS//2014**

Foi presente a seguinte informação

**Inventário e Cadastro dos Bens Móveis e Imóveis Municipais**

Critérios Valorimétricos Utilizados e sua Fundamentação

Para efeitos de avaliação e atualização dos bens autárquicos do Imobilizado Corpóreo, quer do Domínio Privado, quer do Domínio Público, e em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 e nas alíneas h) e i) do n.º 2, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e tendo em conta a entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e conjugado com a Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, foram utilizados os seguintes critérios valorimétricos:

**Bens adquiridos até 31/12/2001 (sujeitos a inventariação)**

- I. Para os bens móveis foi utilizado o critério do custo histórico (custo de aquisição);
- II. Para as viaturas, máquinas e ferramentas seguiu-se o mesmo critério;

**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

- III. Na valorimetria dos imóveis e outras construções seguiram-se os critérios contidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 31.º da Portaria n.º 671/2000, que são:
  - a. Custo de construção;
  - b. Custo de grande reparação/conservação;
  - c. Valor estimado provisório, até avaliação definitiva atribuída pela comissão legalmente prevista.
- IV. As partes de capital (investimentos financeiros) foram avaliadas ao custo de aquisição;
- V. As dívidas de e a terceiros correspondem às importâncias constantes dos documentos que as titulam.

**Bens adquiridos após a vigência do POCAL (A partir de 01/01/2002)**

- I- Após a implementação do POCAL, a valorimetria dos bens autárquicos dos domínios público e privado segue a orientação preconizada pelo n.º 1 do artigo 31.º da Portaria n.º 671/2000 nas suas alíneas:
  - a) O custo de aquisição;
  - b) O custo de produção.Acrescido das despesas adicionais de instalação, funcionamento ou utilização, conforme o disposto no n.º 3 do mesmo artigo da mencionada Portaria.
- II- Para os bens (móveis e imóveis) ainda em processo de valorização e inserção patrimonial mantêm-se os critérios constantes nos pontos I, II e III referidos para o período até 31/12/2001.
- III- Na valorimetria dos investimentos financeiros (partes de capital) e nas dívidas de e a terceiros mantêm-se os procedimentos dos pontos IV e V antes indicados.

Soure, 19 de Março de 2015  
A Técnica Superior,  
(Carla Antunes, Dr.ª)

O Senhor Presidente referiu que: “o documento reflete o Inventário e o nosso cadastro patrimonial com os bens que estão valorizados e inseridos no sistema patrimonial, a partir de 2002. É evidente que é um documento idêntico aos dos anos anteriores. Adiantar que foram acrescentados os bens e os equipamentos adquiridos durante o ano de 2014.”

*Deliberado, por maioria, com 4 (quatro) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores eleitos pela PS e CDU, e 3 (três) abstenções dos Senhores Vereadores eleitos pela*

**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

*PPD/PSD - CDS/PP - PPM, aprovar a proposta de Inventário apresentada, devendo a mesma ser submetida à Assembleia Municipal.--*

**Ponto 15. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS//2014**

O Senhor Presidente referiu que: “juntamos a este documento a Declaração da Certificação Legal de Contas, necessária legalmente para a Assembleia Municipal porque é o órgão que tutela a fiscalização das Contas, onde se insere a responsabilidade do Revisor Oficial de Contas, que é uma entidade certificadora e fiscalizadora. Para nós este documento do Revisor Oficial de Contas é para tomarmos conhecimento.

O documento de Prestação de Contas começa pelo seu enquadramento, segue-se o Balanço; a Demonstração de Resultados; os Mapas de Execução Orçamental, o Mapa Resumo; a Posição Atual do Orçamento da Receita do ano 2014; o Relatório de Gestão, que descreve toda a atividade municipal em todas as suas áreas de atuação; o Quadro Resumo da Execução das Grandes Opções do Plano; o Balancete das Grandes Opções do Plano; o Mapa do Endividamento Municipal em 31/12/2014; a demonstração do Stock da Dívida; a lista dos Empréstimos; o Mapa das Despesas com Pessoal, a Aplicação do Resultado Líquido do Exercício e as Considerações Finais.

Não tenho grandes considerações a fazer para além daquelas que já constam do documento. Dizer que estas Contas refletem com todo o rigor e com o conforto que os auditores externos, neste caso o Revisor Oficial de Contas, nós dá da certificação das próprias Contas. Também o conforto de que o Tribunal de Contas tem homologado sucessivamente, sem reservas, todas as Contas nos últimos exercícios que este Município tem apresentado. Portanto, estamos crentes que, mais uma vez, estas Contas merecerão a aprovação deste Executivo, merecerão, certamente, a aprovação da Assembleia Municipal e estamos bastante confiantes que merecerão a homologação do Tribunal de Contas.

Relativamente ao ano transato, a mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ter diminuído as suas reservas e ter assinalado melhorias na prestação das mesmas. Ressalta aqui o Resultado Líquido positivo de mais de 900.000,00 euros, ressalta a diminuição da dívida, ressalta a libertação de fundos disponíveis e o aumento da margem para endividamento, ou seja, a possibilidade de quando este Município entender, recorrer a crédito externo, estar em condições “folgadas” de o poder fazer para realizar investimentos.

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

Deixaria algumas considerações técnicas para a Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia, que é quem tem acompanhado esta matéria, e depois estarei disponível para responder às questões que os Senhores Vereadores colocarem sobre os documentos de Prestação de Contas de 2014.”

A Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia referiu que: “como sabem, de acordo com a legislação em vigor, os documentos de Prestação de Contas integram sempre o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, o Relatório de Gestão, bem como a evolução das Despesas com Pessoal e do Endividamento Municipal...documentos estes que estão validados e certificados por um Revisor Oficial de Contas, um auditor externo ao Município, representando, como aliás é dito, de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município.

E tentando fazer uma breve análise a estes complexos documentos...verifica-se que o Balanço apresenta um reforço dos Fundos Próprios, que aumentam sensivelmente 1.070.000,00 euros face a 2013; que o Passivo diminui cerca de 2.000.000,00 euros; que em termos de rácios, temos um rácio de autonomia financeira de 68% e um rácio de solvabilidade de 214%. Indicadores de gestão que comprovam de facto a saúde económica e financeira desta Autarquia.

No que respeita à Demonstração de Resultados, temos mais uma vez, um resultado líquido económico positivo, no montante de 947.608,53 euros. Mas, numa Autarquia, como sabem, mais do que um resultado líquido do exercício contabilístico positivo, importa a maximização do bem-estar social e isso pode ser analisado no Relatório de Atividades, onde é feita uma descrição bastante exaustiva das atividades desenvolvidas em 2014, nas diversas áreas de intervenção.

Relativamente ao Quadro Resumo de Execução Orçamental, temos um grau de execução de 87,58%, diria que dos melhores graus de execução obtidos nos últimos anos, o que comprova o grande rigor técnico que foi dado na elaboração do Orçamento 2014. Sem um Orçamento bem previsto e dotado, sem um Orçamento bem feito, era impossível ter graus de execução desta natureza... Por outro lado, mantem-se a autossuficiência orçamental, ou seja, as receitas correntes voltam a ser superiores às despesas correntes em sensivelmente 2.680.000,00 euros. Continua a verificar-se uma marca descentralizadora na gestão municipal, as transferências continuam a aumentar, havendo aqui apenas uma alteração na sua estrutura, porquê? Devido à classificação contabilística que foi utilizada...houve uma readequação da classificação contabilística que é dada às transferências e, portanto, isso levou a que haja um aumento das transferências correntes face a 2013 e uma diminuição das transferências de capital, apenas e só por esse motivo. Dizer que há

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

aqui uma redução da aquisição de bens de capital, também porque, como sabem, 2014 foi um ano de transição em termos de Quadro Comunitário, portanto, verifica-se aqui alguma redução a nível de investimento.

No que toca ao Plano, foram executados 5.567.625,00 euros, temos um grau de execução 96,08% e a repartição final do investimento manteve-se muito idêntica à inicial, destacando-se ainda um aumento nas áreas da Educação, da Cultura e do Desporto e Tempos Livres... A Ação Social também muito idêntica aquilo que foi o previsto, mas dizer que foi gasto mais do que a receita proveniente dos 5% da Participação no IRS, tal como foi defendido em sede de Orçamento 2014.

Relativamente às Despesas com Pessoal, estas voltam a ser inferiores a 2013, teria que ser assim, de acordo com a ambiência legal, mas são inferiores em termos absolutos, em 156.401,00 euros. Quanto à mobilidade de pessoal verificou-se uma entrada e sete saídas.

A terminar, falar de dívida e de endividamento municipal. Em 31.12.2014, a dívida em termos absolutos é de 6.772.377,72 euros. Se compararmos com 2013, a dívida à Banca regista uma diminuição de cerca de 980.000,00 euros, a dívida a Outros Credores que não a Banca regista uma diminuição de 530.000,00 euros. Em termos de endividamento há que registar que houve uma alteração da lei, ou seja, deixou de existir dois limites ao endividamento, portanto, um limite ao endividamento líquido e um limite ao endividamento de médio e longo prazo, para existir apenas um limite total da dívida. De acordo com a nova Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais, o Município de Soure não só cumpre o limite, como apresenta uma margem de 2.749.732,35 euros, à semelhança das margens que também apresentava quando os limites legais eram outros...

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, também referir que este indicador no Município de Soure volta a descer, registando 52 dias e sendo dos melhores a nível nacional. Também neste âmbito, o Município de Soure, mais que cumpriu o limite imposto, ou seja, teria que reduzir cerca de 120.000,00 euros nos pagamentos em atraso, com mais de 90 dias, e reduziu 266.154,58 euros, apresentando assim um montante de sensivelmente 190.000,00 euros em 31.12.2014...mas, aliás como já tive também a oportunidade de referir numa das últimas reuniões de Câmara, deste valor, dos 190.000,00 euros de pagamentos em atraso, apenas cerca de 6.000,00 euros representa dívida a fornecedores, porquê? Porque os outros 184.000,00 euros estão cedidos à banca em operações de factoring, portanto, não é dívida direta a fornecedores. E em matéria de dívida e de endividamento municipal, mais do que as minhas palavras, de facto, os números continuam a falar por si...

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

E por fim, como referi anteriormente, de facto, estes documentos são bastante complexos, e exige todo um trabalho dos Serviços ao longo do ano que tem que ser feito para podermos apresentar este Relatório de Gestão... há todo um conjunto de documentos que vão para outras entidades, e portanto, isto exige um trabalho moroso, com grande rigor técnico e de grande responsabilidade ao longo de todo o exercício económico. E por isso, queria, mais uma vez, naturalmente, deixar aqui em ata um reconhecimento ao trabalho da equipa da área económica e financeira aqui representada, quer pelo Dr. Ivo Costa, quer pela Dra. Susana Gaspar, que de forma muito empenhada contribuíram para a elaboração destes documentos de Prestação de Contas.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “começaria cumprimentando a equipa técnica que na Câmara Municipal de Soure elaborou estes documentos. Estes mapas exigem, naturalmente, uma leitura atenta, rubrica após rubrica, mas o que ressalta deles é a forma adequada como estão apresentados. Portanto, cumprimento quem os elaborou.

De qualquer maneira não podemos confundir os mapas com a realidade do Concelho em que as pessoas se movimentam. Permitia-me esboçar aqui duas ou três questões sobre matérias relacionadas com os números transcritos nos mapas e depois, naturalmente, fazer algumas considerações sobre aquele que é o nosso pensamento em relação ao que se pode extrair destes mapas, ou melhor, em relação à realidade que, no nosso ponto de vista, não está espelhada nestes mapas.

Primeira questão. No Balanço refere-se que as dívidas a terceiros de médio e longo prazo, nomeadamente as dívidas a instituições de crédito em 31.12.2014, eram de quase de 6.000.000,00 euros. No nosso ponto de vista e tendo em linha de conta também as considerações que foram elaboradas ou vertidas pela Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia, dando uma explicação que nos parece razoável, parece-nos que, mesmo assim, este nível de dívida é muito elevado face ao investimento que foi realizado. Ou seja, a Câmara tem uma dívida enorme comparada com aquilo que efetivamente pode justificar um endividamento desta natureza. A única questão que gostaria de colocar é se este montante elevado da dívida, nomeadamente às Instituições de crédito, não pode fazer perigara possibilidade de nos socorrermos de empréstimos bancários para que futuros investimentos concelhios possam ser concretizados?

Segunda questão, na Demonstração de Resultados, na conta 62, no fornecimento e serviços externos, nomeadamente consumíveis, honorários ou estadias, há um aumento, de 2013 para 2014, de quase 10%, ou seja, em termos de números



**07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015**

concretos há um aumento de 321.000,00 euros. É um aumento de grande dimensão. Porventura haverá uma justificação para ele, mas gostaria que nos pudessem elucidar sobre os motivos deste aumento extraordinário.

Na conta 63, nas transferências e subsídios correntes concedidos a prestações sociais, de um ano para o outro, esta conta aumentou em 225%, ou seja, mais 520.000,00 euros. Tal como disse em relação à conta 62, também em relação à conta 63 haverá alguma justificação que nos possa ser dada, só para que fiquemos elucidados sobre esta situação?

No Quadro Resumo de Execução Orçamental constata-se que, de 2013 para 2014, há um aumento das Transferências do Orçamento de Estado para o Município, aumento esse de alguma dimensão, ou seja, de 6.141.000,00 euros em 2013 para 6.732.000,00 euros em 2014. No entanto, na aquisição de bens de capital, fundamentalmente para obras, equipamentos, este valor de execução em investimentos na aquisição de bens de capital sofre uma diminuição de 41%, ou seja, de um ano para o outro há uma capacidade que a Câmara Municipal tem de recolher, mas não aplicar na economia real e no desenvolvimento das povoações, de cerca de 1.500.000,00 euros. Em boa verdade, estes 1.500.000,00 a que se destinam? Ou o que é que esteve na base da não aplicação de uma verba desta dimensão que podia ser muito útil para o desenvolvimento do Concelho de Soure?

Por isso, Senhor Presidente, em relação à avaliação final que faz destes documentos, consubstanciadas nas Considerações Finais que estão assinadas por si, faz que quem as lê fica com uma ideia de que o Concelho de Soure está em franco progresso e que não há nada que possa fazer perigar aquele que é o dia-a-dia das populações. Inclusive dá-se o caso do Resultado Líquido do Exercício ser de mais de 900.000,00 euros. É óbvio que, no mundo empresarial, um resultado líquido desta natureza implicava ou teria subjacente muito trabalho para a empresa atingir aquele objetivo. No mundo Autárquico, não sei se será bem assim, um resultado líquido positivo desta dimensão, no meu ponto de vista, tem subjacente alguma passividade e mais cobrança de taxas, mas a não aplicação do dinheiro na economia real que pode desenvolver um Concelho. Mais à frente diz: *“as receitas correntes tornaram a superar as despesas correntes, de forma consistente e sem perda de consciência social, continuando a libertar meios para investimento”*. Apetece-me dizer que o Senhor Presidente libertameios para investimentos que não foram feitos. Acho que a Câmara Municipal, salvo melhor opinião, está a constituir o seu “pé-de-meia” para aplicação na altura certa e todos nós sabemos qual é essa altura, ou seja, as próximas eleições autárquicas e isso, no meu entendimento, não é a maneira mais correta de se proceder, nomeadamente por quem desempenha funções desta natureza. Digo até que não esperava isto de

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

uma pessoa, como o Senhor Presidente, que ao longo deste tempo, tem pretendido fazer alguma descolagem daqueles que eram os procedimentos normais utilizados no nosso Concelho pelo seu antecessor. Acho que não está a conseguir, acho que está a copiar um modelo que nós julgávamos que já estava gasto. Com a franqueza que vou tendo nestas nossas reuniões, diria que a sua opção por um modelo desta natureza, em que se poupa durante quatro anos para depois se gastar num mês, é um modelo que me atrevia a dizer-lhe que lhe pode ser nefasto, porque “a cópia é sempre pior do que o original” nestes tipos de situações. Neste caso concreto, a proceder dessa forma e a deixar tanto dinheiro para o fim, ou seja, para o mês das eleições, porventura o original pode acabar por se apropriar da cópia e não é isso que, naturalmente, nós pensávamos que fosse acontecer.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, acho que, nomeadamente no acesso a vias estruturantes do nosso Concelho, o Senhor Presidente fez menos do que devia.

No caso da dignificação das áreas de acolhimento de novas empresas, o Senhor Presidente fez menos do que devia.

No caso de projetos inovadores para criação de emprego no nosso Concelho, o Senhor Presidente fez menos do que devia.

No caso da promoção de melhores infraestruturas culturais e desportivas, mas fundamentalmente culturais, nomeadamente na sede do Concelho, onde as pessoas estão completamente impossibilitadas de ter fruição cultural com alguma qualidade e com algum conforto, o Senhor Presidente fez menos do que devia.

No caso de maior envolvimento das Juntas de Freguesia e de reforço de apoio às Juntas de Freguesia para que fossem verdadeiramente parceiras no desenvolvimento concelhio, conjuntamente com a Câmara Municipal, o Senhor Presidente fez menos do que devia.

No caso de projetos de fixação de jovens e que possibilitassem também o estancamento do êxodo populacional que todos nós constatamos em algumas zonas do nosso território, o Senhor Presidente fez menos do que devia.

No caso de projetos de apoios a jovens casais que possibilitassem que, ao contrário do êxodo populacional que acima referi, pudessem trazer mais gente para o Concelho de Soure e impossibilitassem que estivessemos continuamente a perder população, o Senhor Presidente fez menos do que devia.

Por último, porque a minha expectativa em relação a si era que, efetivamente, pudesse quebrar alguma maneira de fazer política neste Concelho, o Senhor Presidente também aí fez menos do que devia.

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

Este é, no meu ponto de vista, não direi um ano perdido, mas um ano que deixa muito a desejar.

A Câmara Municipal, naquilo que é a leitura dos Mapas, opta por amealhar dinheiro para constituir um pé-de-meia eleitoralista e, naturalmente, isto traz-nos à memória o velhohábito dos Consulados que, ultimamente, temos vindo a ter no nosso Concelho. As Câmaras Municipais, os Executivos socialistas, trabalham para eleições que são de quatro em quatro anos, de forma muito parecida com aquilo que acontecia nalguns regimes ditatoriais em que os planos quinquenais eram feitos numa perspetiva de imobilismo Soviético e depois chegava-se ao fim dos cinco anos e nada resultava. Geralmente os responsáveis locais pela aplicação desses planos eram alvos de purgas ou iam para os gulags, porque havia sempre que arranjar algum responsável. Aqui nós estamos a especializarmo-nos num imobilismo Socialista, de transformação da política local em planos quadrienais, em que durante quatro anos pouco se realiza e depois o dinheiro gasta-se num mês, que é o mês de Campanha Eleitoral.

Naturalmente que esta apreciação que fazemos é discutível como qualquer apreciação política, mas fazemo-la com o sentido construtivo, de quem sempre pensou que o atual quadro político deste Executivo podia criar condições para uma melhor comunhão de esforços, no bom sentido, em termos daquilo que era o desenvolvimento que todos nos almejávamos para o Concelho de Soure. Infelizmente isso não está a acontecer na dimensão que todos nós esperávamos. A culpa, naturalmente, é de todos nós, mas, acho que pelos procedimentos que hoje estou aqui a ver e por aquilo que se constata publicamente, o desenvolvimento do nosso Concelho continuará adiado. É esse o meu pensamento, ou seja, de que o Senhor Presidente fez muito menos do que devia.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “gostaria de referir que é manifestamente insuficiente os dias ou as horas que nos deu para preparar um documento desta complexidade. Falo por mim, compreendo que os Senhores Vereadores tiveram tempo, eu não, tive acesso ao documento, como todos, na sexta-feira ao final do dia, mas com atividades durante a semana, sinto-me limitada para fazer uma análise mais completa destes documentos. Solicito ao Senhor Presidente, que, no próximo ano, nos dê mais algum tempo de estudo para estas matérias.

Relativamente à Prestação de Contas de 2014 gostaria de dizer o seguinte, acredito que nós estamos perante documentos mais realistas, feitos com rigor, com transparência onde aspetos extremamente importantes como o controlo da dívida

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

por parte da Autarquia, foi conseguido. Tenho que saudar, porque numa ambiência de grande dificuldade financeira de corte de verbas por parte do Governo, com tantas dificuldades que cria à população, ao povo, aos trabalhadores e também ao poder autárquico, conseguir controlar dívida, conseguir fazer ainda investimento e responder em áreas que aqui estão, é tarefa difícil. Certamente as minhas opções poderiam ser diferentes das suas, mas estou a analisar um documento que aqui apresenta.

Sobre o Balanço não tenho nada acrescentar. Sobre a Execução Orçamental apresenta um grau de execução bom, 87,58%. O valor global da execução orçamental é mais reduzido do que aquilo que foi previsto, o realizado é inferior. No entanto há aqui um dado importante, de todos os dados e leituras que podia ter feito, este salta à vista fazendo simples contas, é o facto das receitas correntes cobrirem as despesas correntes, numa maior percentagem que eu tenho memória, feitas as contas é 73%. Tentei fazer esta análise nos anos anteriores, e não me lembro de um valor destes, podíamos dizer ao contrário, as receitas de capital só cobrem as despesas de capital em 26%. Penso que está aqui também uma influência da conta de bens de investimento. Traduzindo em linguagem corrente, significa que o investimento, que é as Despesas de Capital que esta Autarquia faz, está a ser financiado em 73% por aquilo que realiza com as suas receitas correntes. Acho que isto é sinal dos tempos, é sinal da escassez de receitas de investimento e de apoios ao investimento que as Autarquias conseguem ter, ou seja, que não conseguem ter, mas que consegue gerar, mesmo assim, receitas correntes para não só cobrir a sua despesa corrente, mas cobrir em 73% a despesa de capital. Acho que isto é um aspeto muito interessante que deve ser sublinhando e que nos dá aqui indicações muito claras e muito positivas.

Sobre o Relatório de Gestão penso que é um documento feito de uma forma muito interessante, pedindo a colaboração de todos os setores funcionais, juntando todas as intervenções que as diversas áreas fizeram e dá-nos a precessão do trabalho efetuado, ao logo do ano pelos diversos setores, mas a sua leitura permite-me fazer um balanço positivo da atividade da Autarquia. Certamente não tínhamos dinheiro para fazer mais, mas, mesmo assim, conseguimos ir mais longe.

Sobre a Execução das Grandes Opções do Plano, o grau de execução é de 96,08%. Aqui a análise pode ser contabilística, e não é complicado fazê-la, mas temos que ter uma leitura política. Os Senhores Funcionários são responsáveis pela apresentação destes mapas, cabe-nos a nós, políticos, analisar as opções que aqui estão. Fiz um quadro comparativo, o valor das previsões iniciais, o valor final da previsão e o nível de execução. Procurei saber se tinha havido inversão nas prioridades, porque em

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

2013 critiquei aqui o facto de que, quando analisámos a execução orçamental, a priorização das contas do Plano não tinham sido as mesmas que tinham sido propostas, tinha havido desvio de várias áreas, nomeadamente as Sociais para a parte das Comunicações. Critiquei e associei isso a um momento eleitoral. A hierarquização que foi feita dos investimentos na votação da previsão inicial, mantém-se na previsão final e na execução e verifico que há uma coerência nesta hierarquização. Há alguma flutuação, há algum desvio, que não é significativo. A Educação tem algum desvio, mas é curioso verificar que na primeira previsão inicial era a sétima conta com o investimento mais elevado e na execução aparece, neste momento, como a sexta conta de investimento.

Na Cultura, Desporto e Tempos Livres, quando aprovámos era a quinta prioridade, passou a quarta na previsão final e passa a terceira ao nível da execução.

Na Ação Social, o valor não é muito sensível, de resto há aqui uma coerência e uma regularização na hierarquização destes investimentos.

Congratulo-me e saúdo o Senhor Presidente por cumprir algo que eu tinha dito no ano anterior, é que muitas vezes votámos documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento, com determinadas apostas políticas, com estas áreas hierarquizadas, mas depois com tanta alteração, quando chegamos ao fim tudo foi subvertido, aqui não, há uma coerência na hierarquização destes investimentos, portanto, penso que isto sim é realista, é rigoroso.

Tenho uma preocupação, para a qual não encontro explicação e talvez seja a única questão que lhe coloco. Como é que numa conjuntura tão difícil para as famílias portuguesas, e Soure não é uma ilha, faz parte deste país, como é que o valor da Ação Social, num contexto como este, não apresenta um valor superior? Que mecanismos é que existem na Autarquia para dar resposta às famílias? Trabalho numa área social com famílias de extratos sociais tão débeis, com tantas dificuldades financeiras que necessitam imenso de apoio.

A Autarquia tem que ser capaz, tem que ter mecanismos para dar resposta a estas famílias e nós temos que aprovar regulamentos, mecanismos que sejam necessários, mas temos que ser capazes de dar resposta a esta área.

Uma abordagem muito breve sobre a minha atividade e das áreas da minha responsabilidade ao longo deste ano de 2014. Congratulo-me com o resultado das Piscinas Municipais de Vila de Anços. Houve efetivamente uma redução de custos, há um aumento dos proveitos e há uma melhoria da taxa de ocupação. Esta melhoria da taxa de ocupação pode não ter impacto e pode não ter uma relação direta com o aumento dos proveitos, o aumento dos proveitos tem a ver com um aspeto fundamental, é a regularidade com que as entidades que vão à piscina pagam

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

hoje, não existindo muita dívida em atraso e o aumento de frequência de pessoas. A maior taxa de ocupação também está relacionada diretamente com uma grande medida de investimento deste Executivo, que foi termos criado o direito universal a todas as crianças do 3.º e 4.º ano e a muitas do 2.º ano, de irem à Piscina. As Autarquias fazem notícia, nas primeiras páginas dos jornais, de notícias que não são tão importantes como estas, pelo que devemos divulgar que este Executivo, apesar dos constrangimentos financeiros, implementou a aprendizagem da natação de forma universal, gratuita, a todas as crianças de 3.º e 4.º ano de escolaridade, a famílias residentes neste Concelho. Acho que isto é extremamente importante. Houve outras intervenções, melhorou-se o ambiente, fizeram-se correções no espaço exterior e interior, fez-se reparação de equipamentos, podemos dizer que hoje as análises são feitas com regularidade, e que, após tantos anos, foi feita a primeira intervenção a nível de AVAC naquele equipamento. Nós hoje podemos dizer que a piscina pode não ser aquilo que queremos, que ainda continua a dar prejuízo, mas houve efetivamente uma atuação e uma intervenção positiva naquele equipamento. Também há uma melhor relação entre os nossos funcionários e o público que a frequenta.

Também direcionado para as crianças do 1º CEB, as atividades extracurriculares têm hoje duas grandes modalidades e estão muito bem planificadas, na minha opinião, é a prática de Voleibol que conseguimos introduzir nas Escolas e prática da Natação.

Depois temos um conjunto de intervenções e de desempenhos em atividades mais avulsas e que também são importantes e estruturantes.

O Conselho Municipal da Juventude foi constituído e tomou posse a 10 de julho e dali até final do ano fez seis reuniões, mais do que as duas que a Lei obriga. Portanto, um órgão com muita dinâmica, com muito entusiasmo e que está a realizar atividades.

Colaborámos com os intercâmbios juvenis com a Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Soure. Convém ter estas parcerias com esta e com outras Associações.

Faço um balanço positivo à minha colaboração neste Executivo e claro que vou aprovar, sem problemas de consciência e sem esforço nenhum, as Contas de 2014.

Para terminar, gostaria de me dirigir ao Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa. Quando fala do êxodo dos jovens do Concelho de Soure, o que é que o Senhor Vereador dirá nas reuniões partidárias em que participa, aos governantes e aos seus colegas de partido, sobre o êxodo a que eles obrigaram as famílias e aos jovens deste país obrigando-as a emigrar, a deixarem as famílias sem esses mesmos jovens, este



***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

país que investiu neles, que os deixou de ter cá porque eles vão produzir noutros países e que por isso iremos ter uma população perfeitamente envelhecida e com um futuro hipotecado. O que é que o Senhor Vereador dirá perante isso?”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “já que fui questionado diretamente pela Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, quero dizer-lhe o seguinte: eu aqui não represento, como é evidente, o Governo, tal como, por exemplo, quando falo no imobilismo Soviético, não estou a dirigir-me pessoalmente à Senhora Vereadora. Tenho aqui dado provas de que só os interesses do concelho me movem politicamente. Não foi o Governo que me elegeu para estar aqui, foi a população do Concelho de Soure. Portanto, Senhora Vereadora, agradeço que tenha isso sempre em consideração, porque, naturalmente, não lhe fica bem esse tipo de insinuações.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “o Parecer do Conselho Municipal da Juventude sobre a análise das Contas, a que a lei obriga, dizer que: o Conselho Municipal da Juventude de Soure, reunido em plenário, no dia 09 de abril de 2015, deliberou, por unanimidade, não emitir parecer sobre a Prestação de Contas relativo ao exercício económico de 2014, em virtude dos documentos que lhes estão subjacentes, Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2014, terem sido aprovados no período anterior à constituição deste órgão.”

O Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “temos aqui em apreciação documentos com elevado interesse para o Município, documentos executados com elevado rigor, não só porque eu acho, mas porque o ROC assim o diz. Olhando para eles, há aqui alguns aspetos que ressaltam à vista. Desde logo, olhando para o Quadro Resumo de Execução, verificamos uma execução superior a 96%, o que aliás vem na sequência daquilo que tem acontecido nos últimos anos. Estes valores de execução não só não nos envergonham, pelo contrário, enchem-nos de orgulho. De facto, é de conceder não ser fácil atingir este grau de execução.

Estes documentos refletem também, com todo o rigor, as Contas e a posição do Município no que se refere, tanto à esfera patrimonial como à esfera financeira. O que está aqui em causa é, para além da questão política, uma análise séria e rigorosa às contas do Município e aí os documentos técnicos, de facto, pautam-se pelo realismo e rigor.

Há três ou quatro questões que gostaria de salientar: o resultado líquido positivo, superior a 940.000,00 euros; o aumento da margem de endividamento superior a



***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

2.700.000,00 euros que embora não se reflita diretamente na possibilidade de endividamento por parte do Município em igual valor, dá-nos uma margem bem maior do que a que tínhamos anteriormente; uma autossuficiência orçamental cada vez mais reforçada, com um aumento das receitas correntes, superior ao aumento das despesas correntes, e, por último, um prazo médio de pagamentos de 52 dias, o que é excelente.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizia há pouco que ficámos muito aquém daquilo que poderíamos, acho que ficámos aquém daquilo que desejaríamos, não daquilo que podíamos, porque há aqui uma questão que o Senhor Vereador confunde e acho que não deve ser confundida. Confunde o resultado líquido do exercício, superior a 900.000,00 euros, com a disponibilidade financeira, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Uma coisa é o resultado líquido do exercício e outra coisa é a disponibilidade financeira. Confundir uma coisa com a outra e confundir “a estrada da beira com a beira da estrada”, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Uma coisa é o total líquido do exercício e esse é superior a 940.000,00 euros, agora isto não implica disponibilidade financeira. Permita-me corrigir-lhe, de facto, não fizemos mais, não porque não queremos e não é porque estejamos aqui a fazer uma almofada para que possamos investir no futuro, mas é porque não podemos.

Em resumo, trata-se de um conjunto de documentos rigorosos, realistas e só podem merecer a nossa aprovação, tal como diz o parecer do ROC.”

A Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia referiu que: “começaria pela intervenção da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos e dizer-lhe o seguinte: no que toca à Ação Social, relembrar-lhe que, em 2013, foi gasto em Plano, 338.913,00 euros e em 2014 – 406.440,00 euros... e em termos de receita de IRS recebemos 374.270,00 euros, portanto, isto é um indicador que, de facto, houve aqui uma maior aposta em termos de Ação Social...e acrescentar ainda que não é só o que está em Plano que conta, também temos a parte Orçamental que, naturalmente, deve ser somada àquilo que está em Plano.

Quanto à intervenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, começaria por duas ou três questões técnicas que colocou. Relativamente à Demonstração de Resultados perguntou/questionou, porque é que os serviços e fornecimentos externos, a conta 62, aumentaram estrondosamente? Isto tem a ver, basicamente, com os lixos, os transportes escolares e os estudos e pareceres... Este aumento em

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

2014, traduz-se naquilo que foi aprovado em deliberações de reuniões de Câmara, por si e por este executivo.

A conta 63, transferências correntes, diminuiu porquê? Há pouco tive a oportunidade de explicar que houve uma alteração da classificação contabilística entre transferências de capital e transferências correntes, o que se reflete nesta alteração entre a conta 63 e a conta 69.

Depois colocou outra questão no Quadro de Execução Orçamental, porque é que a rubrica 06, transferências correntes, teria diminuído? Esta rubrica tem que ser analisada sempre com a rubrica 10, transferências de capital, porquê? Porque é aqui que entram os fundos que vêm do Orçamento de Estado, eles não aumentaram, eles diminuíram cerca de 200.000.00 euros...o que alterou foi a estrutura dos fundos, ou seja, a estrutura das correntes aumentou e as de capital diminuiu, portanto, não se trata diretamente nem de aumentos nem de diminuições, trata-se apenas de alterações contabilísticas.

Quanto à poupança do Município e quanto ao amealhar para gastar nos últimos dois anos, em vésperas de campanha, vou reforçar aquilo que já lhe foi dito pelo meu colega Dr. Jorge Mendes... Já devia ter percebido qual é a diferença entre lógica económica e lógica financeira, porque uma coisa é o resultado líquido do exercício, e é positivo, quase um milhão de euros, mas estamos a falar de custos e proveitos...outra coisa é a tesouraria, é aquilo que temos disponível em termos de caixa e essa não aumentou, aliás, diminuiu. Se olharmos para as Transferências do Estado, por exemplo, essas têm vindo sempre a diminuir, cerca de três milhões de euros ao longo dos últimos anos.

Como sabe, também não somos nós que fazemos as leis, ainda agora foram alterados os limites ao endividamento municipal... Nós continuamos, com muito orgulho, a ser uma das melhores Câmaras a nível de redução de dívida e endividamento municipal, garantindo uma margem que nos permite, respondendo também a uma das suas questões, recorrer ao endividamento, não colocando em causa outras questões, como seja a lei dos compromissos e pagamentos em atraso.“ O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “a Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia diz-me que eu devo estudar melhor a lógica económica, é um conselho que eu vou ter em linha de conta e aconselho a Senhora Vereadora a estudar melhor a lógica política e vou explicar-lhe porquê. A lógica deste Município é gastar mais de um milhão de euros, num mês, em alcatroamentos antes de umas eleições, esta é a lógica que as populações conhecem. Se a Senhora Vereadora entende que este problema se resolve com estudos aprofundados de lógica económica, confesso que estou preparado, nos meus tempos livres, para ler alguns

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

manuais que me possa aconselhar e que esses manuais me justifiquem qual é a lógica política de se gastar mais de um milhão de euros, num mês, em época pré-eleitoral. Depois, porventura, não com o seu conhecimento, porque naturalmente tem estudos de base para isso, tentarei, numa das próximas reuniões, estar, de uma maneira agradável como é aquela que aqui estamos sempre em termos de discussão política, à sua altura, embora não com os seus conhecimentos para discutir consigo lógica económica.”

O Senhor Presidente referiu que: “o Mandato é de quatro anos e os eleitores farão a nossa avaliação daqui a dois anos e pouco. Estou convencido que essa avaliação vai ser muito importante para a continuação, ou não, das políticas que estamos a desenvolver. Aquilo que disse na minha campanha eleitoral, portanto, os eleitores que tiveram tempo e possibilidade de ouvir, puderam optar pelo voto em quem elegeram e votaram numa equipa que ganhou. Ganhou com um programa, ganhou num contexto e é essa confiança e o reforçar dessa confiança que eu pretendo dar aos eleitores no Concelho de Soure. Aquilo que prometi aos eleitores do Concelho de Soure e que preconizei para o primeiro Plano de Atividades e Orçamento de 2014, foi, acima de tudo, rigor, honestidade, responsabilidade no uso da causa pública. Esses foram os principais objetivos. Sem um bom lastro, sem boas bases, sem saber o que queremos, não teremos estratégia para chegar a lado nenhum, ao contrário do que parece que continua a ser apanágio do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa que, à semelhança de quem não sabe ao que é que vem, confunde. Acha que por um lado devemos muito dinheiro à banca, devemos seis milhões de euros, por outro lado devíamos ter feito muito mais e eu pergunto com que dinheiro?

Nos últimos três anos, o Município de Soure recebeu menos três milhões de euros das transferências do Orçamento de Estado e nós mantivemos as nossas políticas. Nós recuperámos dívida, mas não foi só a dívida aos fornecedores. Num período de agonia na economia nacional, nós voltámos à economia local, colocámos mais dinheiro durante o ano de 2014. Colocámos mais dinheiro nas IPSS que são a principal entidade empregadora, que são responsáveis pelo “matar fome” a centenas de famílias no Concelho de Soure. Colocámos mais dinheiros nas IPSS, mas não colocámos mais dinheiro fazendo mais despesa, colocámos mais dinheiro porque cumprimos os nossos compromissos e não há nada pior para uma organização, para uma família ou para uma pessoa, que não seja cumprir os nossos compromissos. O pior que me podiam pedir, estando aqui em minoria neste Executivo, era que não fossem cumpridos os compromissos do Município de Soure, assumidos ao longo

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

destes anos. O pior que se podia fazer aos fornecedores, às IPSS, às Associações Culturais, às crianças que andam na Escola, era continuar a prometer mais e a cumprir menos. Não, isso deixo isso para o Governo que tem sido paladino em prometer uma coisa e cumprir outra, deixo isso para outros Municípios aqui à volta, que têm desviado as suas atenções para uma política de fausto, de grande exibição nos jornais à qual não me predisponho, deixo isso para outros atores.

O Município de Soure durante o ano de 2014 teve um objetivo: colocar rigor nas contas, honestidade na postura, satisfazer a economia local, colocar mais dinheiro nas IPSS, colocar mais dinheiro nas Associações e nas Coletividades que têm escolas de música, clubes de dança, têm dinâmica desportiva. São centenas de jovens a praticar desporto, futebol, xadrez, remo, ginástica, dança, cantares. Aumentámos o custo na Educação, com a introdução de atividades inovadoras porque queremos um Concelho com dinâmica, maior formação dos cidadãos, procuramos uma sociedade mais inteligente, mais preparada em enfrentar os desafios do futuro, um Concelho mais solidário para podermos travar a devassa da estabilidade pessoal das famílias que vai por esse país fora.

No Concelho de Soure, com orgulho, temos os indicadores de uma das mais baixas taxas na área dos problemas sociais, das mais baixas taxas na área da atividade criminal. Conseguimos mante-lo, porque reforçámos os apoios sociais. Não foi necessário criarmos novos mecanismos porque eles existem.

Na Habitação Social apoiámos cerca de 100 famílias e deixámos de ter o apoio do PROHABITA, foi mais uma receita que deixámos de receber, mas nós mantivemos o apoio às rendas sociais, tal como estava regulamentado no Município.

Aumentámos os apoios nos transportes escolares porque não conseguimos negociar com os operadores outras formas mais vantajosas. Portanto, as nossas crianças, mesmo as que optaram por atividades curriculares de ensino que não existam no Concelho de Soure, são apoiadas para frequentarem os estabelecimentos, de acordo com a sua área vocacional, fora do Concelho de Soure.

Aumentámos os apoios aos cidadãos, que é quem nos faz estar aqui. Colocámos as pessoas em primeiro lugar. Assumimos aqui que ficava para segundo lugar a questão do alcatrão. O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa disse, quando aprovámos o Plano e Orçamento para 2015, que esse era um orçamento “atapetado”. Continuo a achar que continua com grandes contradições, porque ainda não definiu qual é o tempo de lançar o tapete. Assumo aqui que, os tapetes serão lançados quando tivermos capacidade para o fazer, quando estiverem resolvidos outros problemas que estão na nossa hierarquia de prioridades. As nossas receitas diminuiram relativamente a 2013 e nós fizemos uma excelente gestão das receitas que estavam

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

disponíveis. Estamos a criar uma “almofada”, estamos, mas não é uma almofada financeira, é uma almofada para aproveitar, como aqui foi dito, os Fundos Comunitários que possam aí vir. Quem se pode candidatar tem que provar que tem capacidade para realizar obra e o nosso grau de exigência é estarmos capacitados, estarmos preparados para realizar, não qualquer obra, mas as obras que entendermos que são fundamentais. Digo-lhe mais, não me preocupa tanto a obra física, porque para um desenvolvimento solidário, para um desenvolvimento sustentável e para um desenvolvimento inteligente, precisamos até, porventura, muito mais da preparação das pessoas e dos cidadãos e incentiva-los ao empreendedorismo, incentiva-los à iniciativa privada, incentivar o associativismo e as parcerias entre as empresas, incentivar o aparecimento de condições de criar o tal lastro social que faça do Concelho de Soure um Concelho preparado para enfrentar as questões de futuro. É uma visão ao contrário, certamente, da sua. Já percebemos a sua visão, até pelas afirmações que teve, sente-se um pouco defraudado com aquilo que podia ter sido a capacidade deste Executivo em fazer obra em 2014, tudo depende do conceito de obra. Não me preocupa, assumo aqui como questão política, o tipo de estradas, o tipo de investimento material, preocupa-me mais a preparação das pessoas, a preparação das famílias para enfrentarem o futuro. E isto, curiosamente, vem na linha daquilo que a União Europeia preconiza para Portugal e eu sou um defensor da maior parte das políticas europeias, retirando a política macroeconómica que está a ser aplicada à Europa e aos países com mais problemas como nós. Agora, preparar as pessoas no sentido imaterial, aumentar-lhe a formação.... basta vermos que este Governo acabou com os Centros de Novas Oportunidades dos quais sou um grande defensor, que a estarem a funcionar deixariam, hoje, os cidadãos mais bem preparados para enfrentar os seus problemas de futuro.

Preocupa-me o desinvestimento que foi feito na Saúde do Concelho de Soure e em todo o país e ao qual, publicamente, o ano passado, na Assembleia Municipal de abril disse: o Concelho de Soure, se necessário for, paga a médicos. Isto dito de uma forma abstrata e figurada, é para provar que para nós é mais importante pagar a técnicos de saúde que deem qualidade de vida às pessoas, do que, porventura, melhorar a circulação nalgumas estradas das quais somos servidos. Isso é uma questão política assumida por mim.

O importante aqui a retirar é o seguinte: com menos verba, menos 200.000,00 euros durante o ano de 2014 das Transferências do Orçamento de Estado, com menos receita líquida, diminuámos as despesas com pessoal, o que prova que fomos mais eficientes na gestão de recursos humanos que tínhamos. Tivemos que encontrar

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

formas alternativas de compensar essa diminuição de despesas com pessoal, recorreremos a serviços externos, assumimo-lo aqui, nomeadamente na recolha do lixo e na contratação de outros pequenos serviços, mas no seu conjunto, ainda assim, a despesa foi menor. Libertámos com isto mais meios para as transferências de despesa corrente, de introdução de meios financeiros na economia local, quer nas empresas. Essas empresas locais que prestam serviços ao Município e prestam serviços na atividade socialmente relevantes e nas atividades, designadamente, nas IPSS. Sem descurar e melhorando o apoio ao investimento e as transferências de capital, até pela Execução dos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia que nos fazem assumir compromissos plurianuais que tem uma afetação global de 300.000,00 euros.

O Relatório de Gestão evidência o excelente desempenho que a melhoria dos serviços estão a fazer na adaptação para os anos que aí vêm e, certamente, que estou muito esperançado, muito confiante, que os eleitores do Concelho de Soure sabem perceber isto. Sabem-no as empresas locais que hoje procuram a Câmara Municipal porque já é possível ser fornecedor da mesma. Sabem-no as IPSS que podem projetar os seus investimentos e podem ir consolidando a sua estratégia de atuação perante os seus clientes. Sabem-no as Associações Culturais, sabem-no as famílias, sabem-nos os jovens, sabem-no os idosos e as pessoas mais carenciadas do Concelho de Soure. Portanto, isso para mim é importante, os resultados estão amplamente conseguidos, foram conseguidos com rigor, foram conseguidos com muita contenção para cumprir metas financeiras. Como também já foi aqui dito, não confundindo política económica com disponibilidades financeiras, de facto, estamos a criar uma almofada, acima de tudo, uma almofada de credibilidade e de confiança, que acho que uma organização como o Município de Soure necessita de ter, de todos os cidadãos e de todos os agentes com quem lida. Hoje não tenho dúvidas que o Município de Soure deu, no ano de 2014, um passo muito importante no aumento dessa confiança perante os agentes externos, perante os seus parceiros institucionais, perante os cidadãos.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “justifica-se plenamente a defesa que faz do documento. É normal que assim seja. De qualquer maneira, o empenho com que o fez, leva-me a recordar-lhe que os anteriores mandatos também eram do Partido Socialista.”

A Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia referiu que: “só lembrar o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, uma vez que se dirigiu a mim, que de facto estamos a



***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

aprovar as Contas de 2014 e não as de 2013...compreendo que o ano de 2013 não lhe saia da cabeça... Agora acho que devemos evitar este instinto mais político, porque, de facto, estamos aqui a discutir documentos mais técnicos, de grande complexidade, de grande responsabilidade e de grande seriedade. O que estamos a aprovar, e temos aprovado ao longo dos últimos anos, são graus de execução elevadíssimos, dos mais elevados a nível nacional, com grande responsabilidade e acho que estar a desvirtualizar um documento de tão grande importância é mau, muito mau até politicamente...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “sei que lhe doeu Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia, mas por mim, este assunto está encerrado.”

O Senhor Presidente referiu que: “ainda bem que o assunto de anos anteriores está encerrado, logo veremos nas próximas eleições com que argumentos cada um de nós se vai munir. Não vim aqui para ajustar contas com o passado, essas contas fizemo-las e também estão aqui refletidas em 2014. Todos sabemos que os tempos ainda estão muito difíceis e as “nuvens negras” ainda pairam sobre a cabeça de todos os Portugueses. Tenho pena, mas o Município de Soure não tem os cofres cheios, não tem essa almofada, não sei se o Governo a tem, a Senhora Ministra das Finanças diz que sim, têm os cofres cheios. Nós podíamos ter os cofres cheios. Era não termos pago dois milhões e meio em dívidas, não termos diminuído o passivo em dois milhões, não termos diminuído o prazo médio de pagamentos.

Em 2013 tive um programa onde prometi rigor, confiança, transparência, honestidade, trabalho e com três chavões. Primeiro, desenvolvimento sustentável, só é sustentável o que tiver uma boa base, o que souber para onde vai, como vai e como é que se lá chega. Quem não sabe para onde vai, quem não sabe o que quer, apenas quer coisas abstratas, perde-se pelo caminho e desvirtua, certamente, os seus objetivos iniciais. Tenho um objetivo que é desenvolver sustentavelmente o Concelho de Soure e isso não passa por grandes festas, nem por grandes obras faraónicas, passa por passos dados consecutivos, com solidez, segurança e com confiança.

Segundo, desenvolvimento solidário. Primeiro estão as pessoas do Concelho de Soure e as suas organizações. Não podemos continuar a deixar que cresça uma obra atrás de outra, atrás da vontade dos dirigentes locais, atrás da ansiedade legítima de cada cidadão sem que ela contribua para o todo Concelho e para a sustentabilidade e solidariedade entre o Concelho. Quando prometemos um apoio a uma instituição, termos a garantia que ele é exequível. É esse voto de confiança dado às pessoas ao

***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

longo deste ano de 2014. Como sabem, tudo aquilo que aprovámos, foi pouco, podíamos ter ido mais além? Não, não podíamos. Fomos só até onde pudemos ir, daí estes resultados.

Depois de estar estas duas primeiras premissas cumpridas, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento solidário, temos o desenvolvimento inteligente. A nossa aposta é na Educação. Continua a ser uma aposta e está reforçada no Plano de Atividades e Orçamento para 2015. Temos pedido aos professores para termos os melhores resultados, melhor empenho até naquelas ações que podem não estar diretamente relacionadas com a atividade letiva. Por exemplo, o Cortejo de Carnaval deste ano com muito mais escolas, o próprio concurso conhecer abril, pode estar um pouco cansado, mas mais Escolas aderiram e participaram. O projeto da fruta escolar, o projeto do lanche saudável, outros projetos de animação que o Município tem dado um contributo muito importante. Também algum rigor que estamos a colocar na forma de gerir o parque escolar. A parceria construtiva que temos mantido com as instituições estatais, apesar de podemos discordar de alguns pontos de vista, mas também é preciso reconhecer, neste balanço 2014, que embora na saúde estejamos muito descontentes, que as entidades gestoras regionais, por exemplo, têm sido de “bom trato” e têm atuado com o Município de forma colaborativa. Também a nível de outras questões, nomeadamente da CCDRC ou do Ambiente, temos tido também uma prestação bastante colaborativa por parte da Administração Central.

Saudar também a abertura do Nó da Autoestrada em 2014, uma luta de 20 e que também o Município se assumiu como lutador pelo cumprimento desta justa obra, deste justo desígnio do Concelho de Soure como parceiro, como ainda hoje nos mantemos como parceiros da Brisa, na procura de outras soluções. Aquilo que estamos a procurar, juntamente com a REFER para a Plataforma Rodoferroviária de Alfarelos/Granja do Ulmeiro. Aquilo que estamos a procurar com o Ministério da Agricultura para que o Vale do Pranto e o Vale do Arunca, as duas componentes esquecidas do grande projeto hidroagrícola do Baixo Mondego, desígnio que falta cumprir, estamos a procurar e estamos confiantes de que seremos parceiros desta obra que falta concluir no Concelho de Soure. Aquilo que estamos a fazer com o Turismo e com a Direção Geral de Energia e Geologia e Minas com o cumprimento de outros desígnios na área do Termalismo e da exploração dos recursos naturais do Concelho de Soure. Aquilo que estamos a fazer com a Saúde para melhorar as condições de oferta no Concelho de Soure.

Não posso deixar de dar uma palavra de apreço a todos os funcionários do Município que sofreram, durante o ano de 2014, alguns constrangimentos de ordem



***07.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 20 de Abril de 2015***

laboral, nomeadamente o aumento de horário de trabalho para as quarenta horas semanais, com o ajustamento à lei que entrou em vigor.

Dar também uma palavra de apreço às instituições da Administração Central que conosco colaboraram ao longo do ano de 2014 e que continuam a colaborar, designadamente, na Reorganização Administrativa do Mapa Judiciário que nos afetou, de uma forma injusta, mas que estou convencido que, pouco a pouco, a justiça está a ser resposta, portanto, um reconhecimento às instituições gestoras da área da justiça que estão a minimizar o impacto legislativo que esta Lei do Mapa Judiciário teve para o Concelho de Soure.

Aos Senhores Vereadores pelo contributo que deram, durante o ano de 2014, quer pela vossa forma diferente, ou não, de verem a nossa atuação, penso que estes resultados a todos devem orgulhar. Não me interessa fazer comparações com o passado, o mandato é de quatro anos, seguiremos os nossos desígnios, e portanto, é evidente que o eleitor vai ter que comparar aquilo que são as nossas atitudes ao longo de cada ano.”

*Deliberado, por maioria, com 4 (quatro) votos a favor da Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS e CDU, e 3 (três) abstenções dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD - CDS/PP - PPM, aprovar os Documentos de Prestação de Contas/2014, devendo os mesmos ser submetidos à Assembleia Municipal.*-----

-----